Descodificador por ANABELA CAMPOS

Cercos ao branqueamento de capitais

Empresas terão de revelar os donos efetivos. Sócios que não colaborarem **sujeitos a coimas e perda de participação social**

1 O que é o Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)?

Aperta-se o cerco à falta de transparência na propriedade, ao abrigo das novas regras de prevenção do branqueamento de capital e combate ao terrorismo. O Governo entregou na Assembleia da República uma proposta de lei que cria o Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), uma base de dados onde as sociedades empresariais e os seus sócios serão obrigadas a comunicar ao Estado a listagem das pessoas que no fim da cadeia de participações são os seus beneficiários últimos. A proposta de lei transpõe legislação europeia. Nome, morada e outras informações dos beneficiários efetivos de entidades ficarão registados nesta base de dados de acesso público.

2 A quem se aplica?

As novas regras aplicam-se à generalidade das pessoas coletivas. Estão abrangidas desde sociedades civis e comerciais, a associações, cooperativas e fundações. Também terão de se registar sociedades financeiras exteriores e estruturas fiduciárias presentes na zona franca da Madeira. Serão dezenas de milhares de entidades, que terão de passar a preencher um formulário, *online*, identificando os sócios, os beneficiários efetivos, gerentes e administradores. A criação da RCBE não dispensa as instituições financeiras e outras entidades dos seus deveres de diligência no sentido de obterem toda a informação sobre os beneficiários últimos antes de iniciarem qualquer negócio.

3 Que consequências haverá para os faltosos?

Várias. As empresas que não prestarem declarações ficarão, por exemplo, impedidas de distribuir lucros ou de fazer negócios com o Estado. Os incumpridores deixarão também de poder intervir como parte em qualquer negócio que tenha por objeto a transmissão da propriedade, a título oneroso ou gratuito, ou a constituição, aquisição ou alienação de quaisquer outros direitos reais de gozo ou de garantia sobre quaisquer bens imóveis. E arriscam coimas de mil a €150 mil. Os sócios terão de colaborar, indicando alterações relevantes no prazo de 15 dias, caso contrário as sociedades poderão ficar com a participação pelo preço do balanço.

4 Quando entrará em vigor?

Ainda não está decidido. A discussão do Registo Central de Beneficiário Efetivo no Parlamento começa ainda este mês. A data para o envio do formulário ainda não está definida, nem a periodicidade com que têm de ser atualizados. O RCBE será gerido pelo Instituto dos Registos e do Notariado, que é onde será submetido o formulário eletrónico, e será possível cruzar informação com outras bases de dados do Estado.